

**APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS
DE
PROGRAMAS, PROJETOS OU AÇÕES
DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO**

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

Introdução

O presente documento tem como objetivo proporcionar aos proponentes e ao financiador (Camões, I.P.) um modelo único e coerente para a elaboração e apresentação de programas, projetos e ações de cooperação para o desenvolvimento propostos a cofinanciamento.

Dele constam, para além do corpo principal, oito anexos:

Anexo I – Dados sobre os Promotores e Executores do Programa ou Projeto

Anexo II – Recursos Humanos

Anexo III – Orçamento de Investimentos

Anexo IV – Orçamento Geral

Anexo V – Demonstração de Origem e Aplicações de Fundos

Anexo VI – Calendário de Atividades / Cronograma de Execução

Anexo VII – Quadro Lógico

Anexo VIII – Matriz de Risco

As propostas deverão dar entrada até 30 de novembro do ano anterior ao do início da execução prevista (sem prejuízo de outro prazo que possa ser estabelecido pelo Camões, IP), por forma a assegurar o devido enquadramento programático, institucional e orçamental. Devem ser formalizadas junto dos organismos de coordenação da cooperação dos países parceiros, qualquer que seja a entidade promotora (desses mesmos países ou portuguesa).

No caso particular de propostas Financiamento Clima, e tratando-se de entidades promotoras portuguesas, as propostas poderão ser formalizadas diretamente ao Camões, I.P., devendo incluir comunicações escritas das entidades beneficiárias dos Países Parceiros, manifestando o seu interesse no projeto.

As propostas apresentadas serão sujeitas à devida análise técnica e à ponderação da sua prioridade face aos PIC estabelecidos com os Países Parceiros e respetivos orçamentos, assim como às Estratégias/Linhas de Orientação Setoriais (Educação, Saúde, Segurança e Desenvolvimento) e Transversais (Multilateral, Educação para o Desenvolvimento, Igualdade do género, Desenvolvimento de Capacidades) da Cooperação Portuguesa.

De seguida serão apresentadas instruções de preenchimento para os vários pontos desse modelo de apresentação de programas, projetos e ações e respetivos anexos.

PROGRAMA/PROJETO/AÇÃO

Ficha Resumo

A. TÍTULO DO PROJETO:	O título deve traduzir de forma sintética o tema central do projeto proposto.
B. PAÍS/REGIÃO:	Localização concreta.
C. SETOR E/OU EIXO/ÁREA PIC:	Identificar setor da intervenção e/ou eixo/área de intervenção do PIC em que o projeto se insere.
D. ODM:	Identificar o(s) Objetivo(s) de Desenvolvimento de Milénio e respetiva(s) meta(s) para os quais a intervenção converge
E. OBJETIVO DA INTERVENÇÃO:	Indicar de forma sucinta o objetivo principal que o programa/projeto pretende atingir.

F. GRUPOS-ALVO E/OU BENEFICIÁRIOS FINAIS:	<p>Identificar os grupos-alvo e/ou beneficiários finais do projeto.</p> <p>Ver o que se entende por grupos-alvo e beneficiários finais no ponto A.4.</p>
G. ENTIDADE PROPONENTE:	<p>Indicar o nome e a sigla da entidade proponente, bem como dos representantes legais e responsáveis pelo projeto.</p> <p>Entende-se por entidade proponente a que apresenta e lidera o projeto, que assinará Protocolo de Cooperação e que responderá pelo projeto perante o Camões, I.P.</p> <p>Mais informações sobre esta entidade deverão constar no Anexo I.</p>
H. ENTIDADE EXECUTORA:	<p>Preencher apenas quando não corresponde à entidade proponente.</p> <p>Indicar nome e sigla da entidade proponente, bem como dos representantes legais e responsáveis pelo projeto.</p> <p>Entende-se por entidade executora a que será responsável pela implementação das atividades do projeto, coordenando os vários parceiros que nelas participem.</p> <p>Mais informações sobre esta entidade deverão constar no Anexo I.</p>
I. PARCEIROS:	<p>Indicar o nome e sigla das entidades parceiras na implementação do projeto.</p> <p>Entende-se por parceiros todas as instituições que participarão do projeto, assumindo funções e responsabilidades fundamentais à implementação das suas atividades.</p> <p>Mais informações sobre estas entidades deverão constar no Anexo I.</p>

J. DURAÇÃO E CALENDÁRIO PREVISTO:	Indicar a data prevista de início de fim da intervenção bem como as diferentes fases da mesma, em meses
K. CUSTO DO PROJETO:	Indicar o custo total e anual do projeto em euros
L. PLANO DE FINANCIAMENTO:	Indicar as entidades financiadoras e sua participação total e anual (em euros e em %)
M. RESUMO DO PROJETO: Indicar de forma sucinta os principais dados da intervenção: justificação, objetivo(s), resultados esperados e identificação da participação de instituições do país beneficiário e seu grau de compromisso.	

2 – APRESENTAÇÃO DO PROJETO

A. ENQUADRAMENTO/CONTEXTO

A.1. SETOR DA INTERVENÇÃO

Referir de que forma o projeto é coerente com as estratégias, políticas, programas e objetivos do país recetor no setor da intervenção (incluindo programas de redução da pobreza PRSP – *Poverty Reduction Strategy Paper*). Se o país recetor não possui nenhuma estratégia, política programa ou objetivo nos setores em causa, esclarecer se e como irá o projeto contribuir para a sua elaboração.

Descrever as principais características do setor ou subsetor (pontos fortes e fracos, potencialidades e constrangimentos) em que o projeto se vai inserir.

Ter em conta as capacidades existentes e as carências a nível macro, a nível institucional, mas também a nível dos quadros técnicos do setor.

Fazer o devido enquadramento das questões do Género.

A.2. PROBLEMAS A RESOLVER

Descrever a situação atual e identificar o(s) problema(s) que o projeto se propõe solucionar ou minorar (se possível, apresentar diagnóstico).

Abordar os diferentes níveis possíveis de intervenção: político e estratégico; enquadramento jurídico; desenvolvimento de capacidades das instituições; desenvolvimento de capacidades dos recursos humanos; participação da sociedade civil.

Revelar as diferenças entre mulheres e homens no que toca ao modo como são afetados pelos problemas, em particular as causas da discriminação e das desigualdades existentes do ponto de vista dos papéis sociais atribuídos ao género.

A.3. OUTRAS INTERVENÇÕES

Referir intervenções passadas, presentes ou futuras do Governo ou de outros doadores que devam ser identificados neste contexto. Explicar de que modo se irá assegurar a complementaridade do projeto com essas intervenções, evitando duplicações e promovendo sinergias.

A.4. GRUPOS-ALVO E/OU BENEFICIÁRIOS FINAIS

Por “grupos-alvo” entende-se os indivíduos, grupos e/ou organizações sobre os quais o projeto terá um impacto direto e positivo a nível dos objetivos. Por “beneficiários finais” entende-se os destinatários (individuais, grupos ou organizações) que beneficiam direta e indiretamente do projeto a longo prazo.

Descrever os grupos-alvo e estimar o seu número. Caso estes sejam diferentes, descrever também os beneficiários finais e estimar o seu número. Evitar descrições genéricas do tipo “jovens”, “idosos” ou “mulheres”.

Deverá ser feita desagregação por género, uma vez que Homens e Mulheres têm uma representatividade diferente).

A.5. REGIÃO DA INTERVENÇÃO

Apresentar caracterização e demonstrar a relevância de cada problema e sua relação com o desenvolvimento socioeconómico ao nível local, regional ou nacional (conforme aplicável).

A.6. DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA

Referir a documentação relevante que serviu de base à elaboração do projeto, nomeadamente Relatórios, lições aprendidas, PRSP, Documentos de Estratégias Setoriais.

B. DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

B.1. OBJETIVO GLOBAL

Indicar o objetivo geral de desenvolvimento que o projeto pretende ajudar a alcançar, baseado em considerações económicas e sociais e de política setorial.

B.2. OBJETIVO ESPECÍFICO.

Identificar o(s) objetivo(s) específico(s) que o projeto pretende alcançar. Deverão ter em atenção os seguintes aspetos: i) procurar solucionar os problemas identificados; ii) procurar assegurar a sustentação dos resultados do projeto após a sua conclusão.

B.3. RESULTADOS ESPERADOS

Especificar os resultados esperados necessários para alcançar o(s) objetivo(s) específico(s) identificados.

Indicar de que forma o projeto irá melhorar a situação dos grupos-alvo e/ou beneficiários finais, nomeadamente no que concerne ao desenvolvimento das suas capacidades tendo em conta o contexto em que se inserem.

Quantificar os resultados esperados, definindo metas a alcançar para cada um deles.

B.4. ATIVIDADES

Descrever as diferentes atividades do projeto, explicar como contribuirão para alcançar os resultados esperados e especificar o papel de cada parceiro interveniente.

Assinalar quais as atividades que respondem às questões da Sustentabilidade Ambiental (em articulação com o ponto E.4), da igualdade de Género (em articulação com ponto E.5) e do desenvolvimento de capacidades (em articulação com o ponto E.6).

C. MEIOS PARA A EXECUÇÃO DA INTERVENÇÃO

C.1. RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS

Identificar os recursos necessários para a execução das atividades planeadas e para gestão do projeto (identificadas em B.4.). Incluir não só os recursos a serem adquiridos/contratados pelos projeto, mas também os recursos dos parceiros locais a serem afetos ao projeto. Definir a tecnologia e os meios técnicos necessários para execução das atividades e adequados ao contexto e às capacidades dos grupos-alvo e/ou beneficiários finais.

Ter em consideração as diferentes vertentes/tipologias: assistência técnica, formação, pessoal local, equipamento e funcionamento (custos unitários e quantidades a discriminar nos anexos II e III).

No caso dos recursos humanos, indicar o perfil exigido e o método de seleção.

No caso dos recursos materiais, indicar as condições técnicas necessárias. ()

C.2. PROCEDIMENTOS E MODALIDADES DE EXECUÇÃO

Explicar a metodologia de implementação do projeto, nomeadamente:

- (i) estrutura organizativa e equipa de implementação, acompanhamento e controlo da intervenção;
- (ii) parceiros intervenientes e responsabilidades assumidas nessa estrutura e nessa equipa;
- (iii) relação contratual estabelecida ou a estabelecer entre os vários parceiros intervenientes;
- (iv) procedimentos e métodos de trabalhos a adotar, em especial quando estiver em causa trabalho em rede / com pontos focais dos vários parceiros (as novas tecnologias de informação e comunicação poderão ser consideradas, mediante a devida fundamentação, um instrumento de trabalho em rede eficaz e eficiente);
- (v) metodologias científicas e técnicas a utilizar em assistência técnica e/ou formação;
- (vi) regime jurídico e procedimentos a seguir quanto a concursos e contratualização de obras e fornecimentos de bens e serviços.

C.3. ORÇAMENTO E PLANO DE FINANCIAMENTO

Indicar o custo total do projeto e sua repartição pelas diferentes atividades e rubricas de despesa.

Identificar as fontes de financiamento.

Explicar de que forma o orçamento reflete as atividades definidas e porque são as despesas pertinentes e razoáveis.

Articular esta informação com os Anexos III e IV.

C.4. CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO

Apresentar um plano onde conste o calendário de todas as fases e atividades do projeto.

Articular esta informação com o Anexo VI.

D. FATORES EXTERNOS

D.1. PRESSUPOSTOS

Identificar fatores que escapam à influência direta do projeto, mas que condicionam os seus resultados. Descrever os principais pressupostos e assunções assumidos quanto a estes fatores (p. ex.: criação de condições legislativas e administrativas; estímulos ao envolvimento de todos os intervenientes).

D. 2. RISCOS

Apresentar análise de risco e eventual plano de contingência. No mínimo, deverão ser listados os riscos associados a cada atividade/ação proposta e as correspondentes medidas preventivas e de antecipação dos danos que possam causar.

Considerar riscos de ordem política, económica, social e ambiental, bem como processos negociais. Preencher em conformidade os anexos VII – Quadro Lógico e VIII – Matriz de Risco.

E. VIABILIDADE E SUSTENTABILIDADE

E.1. ACEITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Indicar se há aceitação/recetividade das autoridades locais e em caso de projetos de cariz institucional se está assegurada a ligação institucional.

Fundamentar a escolha dos parceiros intervenientes.

Explicar como foram envolvidos, no processo de elaboração e formulação do projeto, os parceiros intervenientes, os grupos-alvo e/ou os beneficiários finais e a população em geral.

Referir também como será assegurada a sua participação ativa e responsabilização na implementação do projeto, nomeadamente através da sua integração na equipa de implementação e acompanhamento, numa lógica de desenvolvimento de capacidades.

E.2. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.

Caso o projeto implique uma Avaliação Ambiental Estratégica ou uma Avaliação de Impacte Ambiental, apresentar documento e referir principais conclusões.

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) aplica-se no contexto definição de políticas, planeamento e programação e corresponde a um instrumento de avaliação de impactes de natureza estratégica cujo objetivo é facilitar a integração ambiental e a avaliação de oportunidades e riscos de estratégias de ação no quadro de um desenvolvimento sustentável.

A Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) aplica-se a projetos e corresponde ao processo de identificação, previsão avaliação e mitigação dos efeitos biofísicos (físicos e ecológicos conjugados), sociais e outros efeitos relevantes de propostas de desenvolvimento. Exemplos de projetos que requerem AIA:

- a) construção de infraestruturas e transportes, grandes barragens, sistemas de irrigação (>500ha), florestação (>1.000ha), etc.

b) se ocasionarem impactos ambientais significativos: gestão de recursos partilhados; reabilitação de infraestruturas existentes; sistemas de drenagem e de abastecimento de água de média dimensão, eletrificação rural, médias barragens para produção de energia, estradas florestais, poços, introdução de novas espécies, etc.

Caso o projeto não implique tais avaliações, informar sobre eventuais medidas de proteção do meio ambiente (nomeadamente de adaptação e redução do risco de catástrofes e de mitigação de alterações climáticas) que poderão ser necessárias, tecnologias e metodologias a adotar. Exemplos de projetos que, em geral, não requerem AIA: apoio institucional no domínio da boa governação e apoio as reformas económicas e institucionais, conservação de energia, apoio a serviços e ações de segurança no domínio dos transportes e infraestruturas, fornecimento de medicamentos capacitação institucional na área da saúde, apoio legislativo.

Não obstante, estes projetos deverão (quando aplicável) procurar dar resposta às seguintes questões:

REFERENTES À ADAPTAÇÃO E REDUÇÃO DO RISCO DE CATÁSTROFES

1. Exposição e Riscos Naturais

1.1 Em que tipo dos seguintes setores sensíveis ou potencialmente sensíveis se inclui o PPA?

- Agricultura e desenvolvimento rural (incluindo gado e pescas)
- Silvicultura (Ex. reflorestação, gestão florestal e agroflorestal)
- Gestão de recursos naturais e Biodiversidade
- Gestão Integrada de Recursos Hídricos
- Água e Saneamento
- Desenvolvimento Urbano (incluindo planeamento e utilização de terras)
- Serviços de Saúde, Educação
- Infraestruturas (Ex. comunicações, estradas, transporte)
- Energia
- Outros

1.2 O PPA está localizado em algum dos seguintes tipos de áreas geográficas sensíveis ou potencialmente sensíveis?

- Zonas áridas ou semiáridas
- Pequenas Ilhas
- Áreas costeiras
- Zonas de aluviões
- Zonas expostas a tempestades (tropicais)
- Zonas expostas a atividade vulcânica
- Zonas expostas a derrocadas ou deslizamentos de terra
- Zonas sísmicas
- Zonas expostas a fogos florestais
- Zonas expostas a riscos biológicos (Ex. pragas de gafanhotos)
- Zonas de florestas nativas
- Outras

2. Impacto e Vulnerabilidade – Estando o PPA exposto a riscos meteorológicos e outros riscos naturais, que impactos devem ser esperados?

- Aumento da frequência e/ou severidade de eventos meteorológicos extremos e desastres associados naturais e seminaturais (Ex. inundações, secas, tempestades, ciclones, furacões, deslizamentos de terras)
- Aumento do nível do mar e aumento da erosão da costa
- Decréscimo na qualidade da água (Ex. aumento da salinização, concentração de poluentes, contaminação química e microbiológica como resultado de inundações, aumento do risco de epidemias devido ao aumento de temperaturas)
- Perda ou alterações de habitats e mudanças nos ecossistemas
- Migração humana
- Perda e danos de infraestrutura
- Outros

REFERENTES À MITIGAÇÃO DE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Que atividades do PPA implicam redução das emissões de gases com efeito estufa (GEE)?

GENÉRICAS

1. O PPA está incluído numa Área Protegida ou outras áreas consideradas vulneráveis?
2. Para a implementação do PPA será necessário elevadas quantidades de água, energia e outros recursos naturais?
3. O PPA é adequado tendo em conta as atuais capacidades no que diz respeito ao fornecimento de água, sistemas de saneamento, energia e transporte ou outras infraestruturas?
4. O PPA poderá contribuir para a produção de elevados montantes de resíduos sólidos e afluentes?
5. O PPA poderá afetar os recursos hídricos disponíveis?
6. O PPA necessitará de uso em quantidades relevantes de fertilizantes, pesticidas ou outros químicos?
7. O PPA incluirá a introdução de espécies não autóctones?
8. O PPA atrairá ou deslocar a população ou atividades económicas?
9. Existe risco de que o PPA criará vetores de doença e/ou condições ideais para epidemias?
10. O PPA poderá contribuir para significativa erosão do solo ou degradação, considerando as atividades e a sua localização em solos com grande declive ou vulneráveis?
11. O PPA afetará ecossistemas particulares como florestas nativas, zonas húmidas e habitats de espécies protegidas ou ameaçadas?

Para apoio, indicam-se abaixo alguns endereços eletrónicos onde pode ser encontrada informação pertinente sobre alterações climáticas relativa aos países em desenvolvimento:

<http://country-profiles.geog.ox.ac.uk>

<http://climate.nasa.org>

http://unfccc.int/national_reports/non-annex_i_natcom/items/2716.php

http://unfccc.int/cooperation_support/least_developed_countries_portal/submitted_napas/items/4585.php

<http://www.adaptationlearning.net/profiles/>

<http://sdwebx.worldbank.org/climateportal/>

<http://www.em-da.net/>

<http://gridca.grid-unesp.ch/undp/>

<http://www.grid.unep.ch/activities/earlywarning/preview/>

<http://www.reliefweb.int>

E.3. EQUIDADE DE GÉNERO

O projeto deverá promover o princípio da igualdade de oportunidades associadas ao género. Pretende-se que seja referido de que forma a metodologia utilizada: promove a participação das mulheres no planeamento e implementação do projeto; responde aos problemas específicos de desigualdade/diferenciação de papéis de Género da sociedade em causa; promove a revisão desses papéis sociais para prosseguir os objetivos de desenvolvimento do país.

Igualmente deverá ser explicado, quando aplicável:

- (i) como serão promovidas as áreas específicas de combate à violência (violência doméstica, tráfico de seres humanos, práticas tradicionais nefastas, proteção das vítimas e punição dos agressores), trabalho digno, emprego e igualdade de oportunidades para as Mulheres;
- (ii) que ações de capacitação às instituições e técnicos que possuam competências de promoção dos direitos das Mulheres estão previstas (incluindo Educação, Saúde, Segurança e Justiça);
- (iii) que ações serão promovidas com vista ao aperfeiçoamento dos quadros legais nos países beneficiários de modo a assegurar efetivamente a igualdade de Género.

E.4. DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES

Descrever a capacidade existente e as carências das instituições envolvidas, precisando das soluções metodológicas e modalidades de execução do projeto que deverão concretizar o desenvolvimento das capacidades, pelo menos ao longo dos pontos seguintes:

- (i) envolver os beneficiários diretos no ciclo do projeto, desde o planeamento à avaliação conjunta de resultados através dos mecanismos nacionais utilizados pelas instituições, de forma simplificada e iterativa;
- (ii) promover a liderança nacional e a apropriação pelos decisores políticos e pelos executores técnicos setoriais;
- (iii) proteger e aperfeiçoar as capacidades existentes, utilizando as estruturas e sistemas nacionais como veículo de implementação;
- (iv) incentivar os agentes de mudança, sejam pessoas ou instituições;
- (v) criar e reforçar competências individuais, nomeadamente através de ações de formação;
- (vi) melhorar o desempenho das instituições no sentido de responderem, de forma contextualizada e inovadora, aos problemas críticos do setor;
- (vii) melhorar as condições de contexto, principalmente políticas e quadro legal, harmonização e divisão do trabalho entre parceiros.

Explicar resumidamente a estratégia de saída do projeto, em particular a nível institucional: quais as condições técnicas e financeiras que poderão assegurar a continuidade dos resultados do projeto após encerramento e como se propõe alcançá-las.)

E.5. FATORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS

Referir de modo realista qual a sustentabilidade do projeto após a sua execução abordando aspetos tais como a responsabilização pela gestão/seguimento das atividades, titularidade dos bens e fontes para a sua manutenção, fontes de financiamento para futuras ações de continuidade do projeto.

F. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

F.1. INDICADORES

Identificar os Indicadores Objetivamente Verificáveis (IOV) que permitam a avaliação dos efeitos e as respetivas fontes de verificação.

Apresentar a(s) metodologia(s) utilizada(s) para a operacionalização dos indicadores escolhidos, ou seja, explicar que métodos permitirão obter as informações necessárias a esses mesmos indicadores.

Definir as metas a atingir para cada um deles dos indicadores escolhidos.

Incluir indicadores sensíveis ao género, bem como a desagregação por sexo dos dados (estatísticos e qualitativos).

Incluir indicadores específicos para a componente ambiental, quando aplicável.

Preencher em conformidade o anexo VII – Quadro Lógico.

Para facilitar o trabalho de escolha dos indicadores, consultar o documento “Indicadores SMART” no sítio eletrónico do Camões, I.P.

F.2. CONTROLO E ACOMPANHAMENTO

Identificar as entidades e os técnicos que irão integrar a equipa de acompanhamento e controlo da intervenção, bem como a metodologia a adotar. Deverá ser sempre assegurado que esta equipa integra elementos do país parceiro.

F.3. AVALIAÇÕES (INTERCALARES E FINAL)

Indicar a natureza e metodologia das avaliações, sejam intercalares, seja final. No caso de intervenções plurianuais, incluir também calendarização.

H. QUADRO LÓGICO

Incluir apenas informação que vise complementar o quadro lógico previsto no anexo VII.

ANEXO I - Dados sobre os intervenientes

Preencher quadro para cada um dos intervenientes no projeto: Promotor, Executor, Parceiro(s) e Cofinanciador(es).

Preencher tantos quadros, quantos os necessários para incluir todos os intervenientes.

ANEXO II - Recursos Humanos

Anexar currículo dos coordenadores, consultores, formadores e técnicos participantes e cópia dos contratos celebrados ou minuta dos contratos a celebrar, se aplicável.

ANEXO III - Orçamento de Investimentos

Listar todos os equipamentos a adquirir, ou obras a realizar, necessárias ao funcionamento do Projeto, cuja durabilidade seja superior a um ano. Distribuí-los por cada atividade.

Coluna “Descrição” – Incluir esclarecimento **sumário** sobre cada item, destacando eventuais características técnicas relevantes.

Coluna “Função” – Explicar qual o trabalho e as tarefas que irão realizar no âmbito do projeto

Coluna “Propriedade” – Indicar quem será o proprietário de cada um dos investimentos listados após a conclusão do Projeto.

Coluna “Custo Total” – Poderá incluir custos de transportes e outros, necessários para a montagem e funcionamento normal dos equipamentos. Poderá também incluir o IVA, desde que não possa ser dedutível por força da legislação aplicável.

ANEXO IV - Orçamento Geral

Discriminar todas as despesas necessárias para a implementação do projeto, por atividade.

Este mapa pode ser modificado de forma a adaptar-se da melhor forma à estrutura do Projeto.

Poderão, por exemplo: ser incluídas novas colunas por financiador ou por ano; ser eliminadas colunas desnecessárias em projetos anuais; ser incluídas novas atividades; ser incluídas novas linhas, para a devida discriminação das várias rubricas de despesa.

Ter em atenção que as despesas de “Investimento” a incluir neste quadro, advêm (e deverão corresponder na totalidade) das que forem incluídas no Anexo III – Orçamento de Investimentos.

Quanto ao tipo de despesas que poderão ser consideradas elegíveis, importa reter o seguinte:

- O Camões, I.P. não se responsabiliza por encargos que tenham sido assumidos antes da aprovação do seu financiamento do Projeto;
- O IVA poderá ser considerado uma despesa elegível, desde que não possa ser dedutível por força da legislação aplicável;
- A rubrica orçamental “Imprevistos” incluirá despesas necessárias à execução do projeto, até ao limite máximo de 5% do seu valor global, cuja elegibilidade será apreciada caso a caso pelo Camões, I.P.

ANEXO V - Demonstração de Origens e Aplicações de Fundos

Este mapa pode ser modificado de forma a adaptar-se da melhor forma à estrutura do Projeto, Poderão, por exemplo: ser incluídas novas colunas ou eliminadas colunas desnecessárias; ser incluídas novas atividades.

Com as colunas referentes a “Marcadores Ambiente” pretende-se que cada uma das atividades seja marcada atendendo à sua contribuição para as questões das Alterações Climática e Ambiente.

Na coluna “Atividade orientada para:” deverá identificar-se o(s) marcador(es) para o(s) qual(is) contribui cada atividade, a saber:

- i - Ambiente geral
- ii - Biodiversidade
- iii - Alterações Climáticas - mitigação
- iv - Alterações Climáticas - adaptação
- v - Combate à Desertificação

Na coluna “Classificação do Marcador” deverá, para cada um dos marcadores identificados, apresentar-se a devida classificação, atendendo à seguinte tabela:

2 – a atividade contribui totalmente para o marcador

1 - a atividade é importante para o marcador

0 – verificado que a atividade não contribui para o marcador

Na coluna “% de imputação” deverá indicar-se em que % contribui cada atividade para os marcadores identificados.

Para mais esclarecimento sobre “Marcadores Ambiente”, consultar documento “Sistema de Marcadores - Ambiente Geral, Biodiversidade, Alterações Climáticas, Combate à Desertificação” disponível no sítio eletrónico do Camões, I.P. junto dos Formulários.

Com as colunas referentes a “Marcadores Género” pretende-se que cada uma das atividades seja marcada atendendo à sua contribuição para a promoção da equidade do género.

Na coluna “Classificação do Marcador” deverá apresentar-se a devida classificação, atendendo à seguinte tabela:

2 – a atividade contribui totalmente para a equidade do género

1 - a atividade contribui parcialmente para a promoção da equidade do género

0 – a atividade não contribui para a promoção da equidade do género

Na coluna “% de imputação” deverá indicar-se em que % contribui cada atividade para as questões da equidade do género.

ANEXO VI - Calendário de atividades

Este mapa pode ser modificado de forma a adaptar-se da melhor forma à estrutura do Projeto, nomeadamente a inclusão ou eliminação de linhas (atividades e ações) e colunas (anos). O preenchimento poderá ser feito através de coloração, sombreado ou simples marcação da quadrícula mensal (datas aproximadas).

ANEXO VII – Quadro Lógico

Este quadro resume os aspetos mais importantes do projeto e identifica as suas relações de causalidade, apresentando-os de uma forma sistemática e lógica.

Assim, neste quadro deverão ser apresentados, de forma resumida:

- objetivos, efeitos (impactos, resultados e produtos) e atividades, em consonância com a exposição dos pontos B.1 a B.4 do Documento de Projeto;
- pressupostos/riscos que explicam como as atividades conduzirão aos efeitos no contexto do projeto, em consonância com o desenvolvido nos pontos D.1 e D.2 do Documento de Projeto (maior desenvolvimento relativo aos riscos deverá ser dado no anexo VIII – Matriz de Risco);
- indicadores, fontes e metodologias de verificação e metas a atingir, em consonância com o desenvolvido no ponto F.1 do Documento de Projeto;
- ponto de situação, à data de apresentação de relatórios de atividades.

Entende-se por Impactos, os efeitos induzidos pelo projeto de desenvolvimento, a longo prazo e de uma forma generalizada.

Entende-se por Resultados / *Outcomes*, aquilo que o projeto visa alcançar no curto e no médio prazo (em particular, variações de comportamento).

Entende-se por Produto / *Outputs*, os bens, equipamentos ou serviços que decorrem do projeto de desenvolvimento.

Para preenchimento deste quadro, ver exemplo seguinte:

Objetivo Global		METAS	INDICADORES E INSTRUMENTOS	FONTES E METODOLOGIA	PRESSUPOSTOS/ RISCOS
O1	e.g. Melhorar a qualidade e equidade da Educação	+3 pontos percentuais de divergência dos macroindicadores de educação no país com evolução para a paridade de género	<i>I.G1 Taxas de escolarização; taxas de transição para o 3.ºCEB, ensino secundário e superior; e literacia entre o ano 0 e o ano 0+N</i>	Fontes: estatísticas nacionais e subregionais de educação; UNICEF, UNESCO, BM	Estabilidade política e participação dos parceiros das instituições intermédias de gestão do sistema educativo.
Objetivos Específicos		(Impactos)			
E1	e.g. Expandir o acesso e melhorar a qualidade na Educação de Infância através da iniciativa comunitária	<p>+10% crianças em 2016 com acesso à Educação de Infância em paridade de género</p> <p>+100% qualidade de aprendizagem pré-escolar das crianças nas turmas acompanhadas (3/5 oralidade em Português; 1/5 valores de Cidadania; 1/5 resolução de problemas e motricidade fina)</p>	<p><i>I.E1a Taxa de crescimento do acesso à Educação de Infância entre o ano 0 e 0+N</i></p> <p><i>I.E1b Amplitude do desvio entre as taxas comparadas de aproveitamento na 1.ª classe dos alunos de Educadores acompanhados pelo Projeto e de grupo de controlo de alunos não acompanhados</i></p>	<p>Fontes: Educadores de Infância acompanhados; Direções Regionais de Educação; estatísticas nacionais</p> <p>Método: 1) Equipa do Projeto e parceiros nacionais desenvolvem teste diagnóstico competências/aprendizagem conforme meta do Projeto (competências linguísticas, competências resolução de problemas e aplicação de valores Cidadania) ; 2) Equipa do Projeto pede a cada Educador que aplique o teste a uma das suas turma e avalia os resultados; 3) Equipa do Projeto escolhe turma de controlo para amostra representativa na mesma classe, em escola não acompanhada na mesma região, aplica o teste e avalia os resultados; 4) Técnico de avaliação processa e compara dados.</p>	Ministério da Educação reconhece e autoriza a proposta de cursos cursos profissionalizantes de Educação de Infância; parceria multilateral financia construção de infra-estruturas. Risco de não adesão do público alvo sem compensação financeira ou reconhecimento de créditos de formação para efeito de carreira.
E2	e.g. Melhorar a qualidade do 1.º e 2.ºCEB através da formação em serviço e contínua de professores	<p>+50% desempenho e paridade de aprendizagem em 2016 no 1.º e 2.ºCEB nas turmas dos professores acompanhados (1/8 retenção Meta 10%; 1/8 abandono Meta 18%; 2/8 paridade Meta 1/1)</p> <p>+40% qualidade da aprendizagem 1.º e 2.ºCEB nas turmas lecionadas pelos professores acompanhados (2/8 compreensão de leitura, 1/8 resolução de problemas e 1/8 aplicação de valores de Cidadania)</p>	<p><i>I.E2a Amplitude do desvio entre taxas de Retenção pelos professores beneficiários de formação no ano 0 (ou média regional/nacional) e taxas no ano 0+N</i></p> <p><i>I.E2b Amplitude do desvio entre taxas de Abandono nas turmas dos professores beneficiários de formação no ano 0 (ou média regional/nacional) e taxas no ano 0+1</i></p> <p><i>I.E2c Paridade de Género no abandono escolar nas turmas dos professores beneficiários de formação (ou média regional/nacional) e amplitude do desvio relativamente à média regional/nacional</i></p> <p><i>I.E2d Amplitude do desvio entre as taxas comparadas de aproveitamento dos alunos de professores acompanhados no ano 0 p e alunos no ano 0+1</i></p>
E3

Resultados Esperados		(Resultado/ Outcome)	
E1 - Educação de Infância e Pré-Escolar			
R.1	e.g. Agentes de Educação de Infância com competências básicas reforçadas através de formação científica, pedagógica e em Língua Portuguesa	100 Educadores/ano concluem cursos profissionalizantes de Educação de Infância com progresso de 20% competências científicas-pedagógicas, linguísticas e ético-profissionais	<i>I.R1a Número de professores que conclui a formação com aproveitamento</i> <i>I.R1b Índice de progresso médio de competências dos professores formados</i>
			Fontes: Projeto Método: testes de diagnóstico no ano 0 e ano 0+N e grelhas de observação de aulas com ponderação das competências adquiridas (3/8 pedagógicas + 2/8 científicas + 2/8 linguísticas + 1/8 deontologia)
R.2	e.g. Jardins-de-Infância integrados nas escolas de ensino básico de iniciativa comunitária	100 novos Jardins-de-Infância criados e em funcionamento junto das comunidades, com capacidade para 50 crianças
E2 - Ensino Básico			
R.3
Atividades		(Produto/ Output)	
E1 - Educação de Infância e Pré-Escolar			
R.1			
A.1.1
A.1.2		
R.2			
A.2.1			

ANEXO VIII – Matriz do Risco

O risco pode ser definido como a combinação da probabilidade de um acontecimento e das suas consequências. A implementação de um PPA abre a possibilidade de ocorrência de eventos ou situações cujas consequências constituem oportunidades para obter vantagens (lado positivo) ou então ameaças ao sucesso (lado negativo).

A gestão de riscos é o processo através do qual se analisam metodicamente os riscos inerentes a cada PPA, aumentando a probabilidade de êxito e reduzindo a probabilidade de fracasso e a incerteza.

A Matriz de Risco é um dos instrumentos utilizados para estruturar essa análise. O preenchimento deste quadro visa a que sejam identificados os eventuais/potenciais impactos (negativos e positivos) resultante da implementação do PPA em causa, ao nível dos objetivos e resultados pretendidos, assim como ao nível dos seus destinatários e stakeholders.

Deverá ser avaliada a probabilidade de ocorrência de cada um desses riscos, de acordo com a seguinte tabela:

Valor a inscrever na Matriz	Probabilidade de ocorrência do risco	
1	Raro	Apenas ocorrerá em casos excecionais
2	Pouco provável	Não é expectável que aconteça mas existe potencial para tal
3	Possível	Pode ocorrer ocasionalmente, já ocorreu anteriormente, é razoável que ocorra
4	Muito provável	Forte possibilidade que ocorra, pode ocorrer várias vezes
5	Quase certo	É expectável que ocorra frequentemente/na maioria das vezes, mais provável que ocorra do que não ocorra

Deverão também ser avaliadas as consequências de cada um dos riscos, de acordo com a seguinte tabela:

Valor a inscrever na Matriz	A consequência do risco é ...
1	Negligenciável
2	Menor
3	Moderada
4	Maior
5	Extrema

A coluna de classificação do risco resultará da relação entre a probabilidade de ocorrência e das consequências de cada um dos riscos, de acordo com a seguinte tabela:

Consequência		1	2	3	4	5
		Negligenciável	Menor	Moderada	Maior	Extrema
Probabilidade	1	Risco Baixo 1	Risco Baixo 1	Risco Médio Baixo 2	Risco Médio 3	Risco Médio 3
	2	Risco Baixo 1	Risco Médio Baixo 2	Risco Médio Baixo 2	Risco Médio 3	Risco Médio Alto 4
3	Pouco provável	Risco Baixo 1	Risco Médio Baixo 2	Risco Médio 3	Risco Médio Alto 4	Risco Médio Alto 4
	Possível	Risco Baixo 1	Risco Médio Baixo 2	Risco Médio 3	Risco Médio Alto 4	Risco Médio Alto 4
4	Muito provável	Risco Baixo 1	Risco Médio Baixo 2	Risco Médio 3	Risco Médio Alto 4	Risco Elevado 5
	Quase certo	Risco Médio Baixo 2	Risco Médio 3	Risco Médio Alto 4	Risco Elevado 5	Risco Elevado 5

Na coluna “Gestão de Risco” deverão constar as medidas e os procedimentos estabelecidos para evitar ou controlar/mitigar os riscos identificados.

Finalmente, deverão ser identificados os responsáveis pela aplicação dessas medidas e procedimentos, bem como deverá ser assinalado o momento do ciclo do projeto em que essas medidas e procedimentos serão aplicados.

Aquando da apresentação de relatórios de execução, será ainda necessário fazer um ponto de situação e, eventualmente, sugerir novos ou melhorados procedimentos para gestão dos riscos identificados.